

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

PROCESSO DE COMPRAS Nº RJ-2011-1068

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2011

OBJETO: Aquisição de material gráfico

ÁREA RESPONSÁVEL: Superintendência Administrativa - Financeira (SAD)
Gerência de Licitações e Contratos (GAL)
Gerência de Serviços Gerais e Patrimônio (GAS)

TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO POR ITEM.

HORÁRIO: (de Brasília)

- Encaminhamento da proposta de preços e anexos: até as 15h00min do dia 31 de março de 2011.
- Abertura da sessão: a partir das 15h00min do dia 31 de março de 2011.

LOCAL: <http://www.comprasnet.gov.br>

REGULAMENTAÇÃO BÁSICA: Lei nº 10.520, de 17/07/2002 e suas alterações posteriores; Decreto nº 5.450 de 31/05/2005; Instrução Normativa nº 05 do MARE, de 21/07/1995, e suas alterações posteriores; Decreto nº 3.722, de 09/01/2001; Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores; Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006; e Decreto nº 6.204/07, de 05/09/2007 (subsidiariamente).

EDITAL

O Pregoeiro e Equipe de Apoio, designados pela **PORTARIA/CVM/PTE/Nº 084, de 21/10/2010**, realizarão, no dia, horário e local, acima indicados, o **Pregão Eletrônico nº 03/2011**, em obediência aos termos dos dispositivos legais e às condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, dispostos a seguir:

- **Anexo I** - Declaração consoante o inciso XXXIII, art. 7º da Constituição Federal/1988 e o inciso XVIII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993;
- **Anexo II** – Modelo para Apresentação da Proposta e Planilha de Preços;
- **Anexo III** - Termo de Referência do Pregão Eletrônico nº 03/2011;
- **Anexo IV** – Deliberação CVM nº 502.

1. DO OBJETO

- 1.1- A presente licitação, destinada **exclusivamente à participação de microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP), conforme o disposto no artigo 6º do Decreto nº 6.204/07**, tem por objeto a aquisição de material gráfico, conforme especificações constantes do Termo de Referência (**Anexo III**) e da Deliberação CVM nº 502 (**Anexo IV**), partes integrantes deste Edital, a serem entregues nos locais e prazos discriminados no item 2.

2. DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

- 2.1 - A entrega dos produtos deverá ser efetuada pela Adjudicatária no prazo máximo de **15 (quinze) dias consecutivos**, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho correspondente, nos seguintes endereços:

RJ Rua Sete de Setembro, 111 / 25º Andar
Edifício Cidade do Carmo – Centro – Rio de Janeiro/RJ

3. DA VERIFICAÇÃO DOS PRODUTOS E DA GARANTIA

- 3.1 - A licitante vencedora deverá apresentar amostra dos produtos a ser fornecidos, nos prazos estabelecidos no item 4 do Termo de Referência, **Anexo III** deste Edital. **Todas as amostras deverão ser entregues na Sede da CVM, Gerência de Serviços Gerais e Patrimônio (GAS), localizada na Rua Sete de Setembro, 111 / 25º Andar, Centro - Rio de Janeiro / RJ.**

- 3.1.1 - A Gerência de Serviços Gerais e Patrimônio da CVM (GAS) promoverá a análise das amostras em um prazo de até **03 (três) dias úteis** após seu recebimento. A verificação será realizada a fim de atestar sua compatibilidade com as especificações exigidas no Edital, de acordo com as características dos produtos constantes no Termo de Referência, **Anexo III** deste Edital.

- 3.2 – A não-apresentação da amostra no prazo previsto ou a não-conformidade com as características exigidas no Termo de Referência implicará a desclassificação da LICITANTE e o Pregoeiro examinará a proposta subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

- 3.3 - Em relação aos produtos fornecidos, a ADJUDICATÁRIA se obrigará a:

- 3.3.1 - Substituir, no prazo máximo de **03 (três) dias úteis** a partir do recebimento de comunicado formal, todo e qualquer material que for entregue com defeito ou que vier a apresentá-lo durante o período de sua validade.

3.3.2 - Fornecer produtos que atendam plenamente as especificações do Edital, com períodos de garantia iguais ou superiores àqueles estipulados pela legislação vigente.

4. DA PARTICIPAÇÃO

- 4.1 - Poderão participar do certame empresas que atuem em ramo de atividade compatível com o objeto licitado, devidamente identificadas pela sua chave de identificação e da senha de acesso privativa, conforme normas do provedor do sistema eletrônico. A presente licitação terá a **participação exclusiva de microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP), de acordo com o disposto no artigo 6º do Decreto nº 6.204/07.**
- 4.2 - Para participação no Pregão Eletrônico, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Edital (Art. 21, § 2º, do Decreto nº 5.450/05).
- 4.3 - Estará impedida de participar da presente licitação:
- Empresa cuja falência ou insolvência civil tenha sido decretada judicialmente ou que esteja em gozo de benefício da concordata ou que tenha requerido recuperação judicial, ainda não encerrada, nos termos do art. 63 da Lei nº 11.101, de 9.2.2005;
 - Empresa que tenha sido declarada inidônea por qualquer órgão ou entidade das Administrações Públicas Federal, Estadual ou Municipal;
 - Empresa que tenha prestado informações inverídicas em sua documentação para habilitação ou em sua proposta de preços;
 - Empresa constituída em forma de consórcio;
 - Empresa da qual seja sócio, cooperado, dirigente ou responsável técnico, servidor da CVM;
 - Empresa que esteja cumprindo a sanção de suspensão do direito de licitar.
- 4.4 - O C.N.P.J. apresentado pela licitante para sua habilitação será, **obrigatoriamente**, o mesmo a receber a Nota de Empenho, a emitir a Nota Fiscal/Fatura correspondente à aquisição, bem como alvo da liquidação da despesa.
- 4.5 - A licitante ficará obrigada a manter válidos todos os documentos relativos à regularidade de Cadastramento no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF **durante todo o procedimento licitatório, bem como durante o período da execução dos compromissos assumidos** (art. 55, inc. XIII da Lei nº 8.666/93 c/c art. 9º da Lei nº 10.520, de 17/07/2002).
- 4.6 - Qualquer pessoa, seja ela jurídica ou física, poderá acompanhar o desenvolvimento do pregão eletrônico, em tempo real, por meio do sitio <http://www.comprasnet.gov.br>.

5. DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

- 5.1 - O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico (Art. 3º, § 1º, do Decreto nº 5.450/05), no sítio <http://www.comprasnet.gov.br>.
- 5.2 - O credenciamento da licitante dependerá de registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, que também será requisito obrigatório para fins de habilitação (Art. 3º, § 2º do Decreto nº 5.450/05).
- 5.3 - O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal da licitante ou de seu representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico (Art. 3º, § 6º, do Decreto nº 5.450/05).
- 5.4 - O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à Comissão de Valores Mobiliários – CVM, entidade promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros (Art. 3º, § 5º, do Decreto nº 5.450/05).

6. DO ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS

- 6.1 - A licitante deverá encaminhar sua proposta, após a divulgação do edital no sítio www.comprasnet.gov.br, com a descrição do objeto ofertado e o preço, se for o caso, o respectivo anexo, até a data e hora marcadas para abertura da sessão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, quando então encerrar-se-á automaticamente, a fase de recebimento de propostas (Art. 21º, do Decreto nº 5.450/05);
- 6.2 - O encaminhamento da proposta dar-se-á por meio da digitação da senha privativa da licitante (Art. 21º, § 1º, do Decreto nº 5.450/05).
- 6.3 - Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.
- 6.4 - A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras sua proposta e lances (Art. 3º, § 5º, Decreto nº 5.450/05).
- 6.5 - Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão (Art. 13º, inciso V, Decreto nº 5.450).
- 6.6 - As licitantes vencedoras deverão apresentar, no 1º dia útil subsequente ao da sessão pública do presente Pregão Eletrônico, suas respectivas propostas de preços por escrito, que deverão:

- I- Ser impressas em papel timbrado ou com aposição do carimbo padronizado do CNPJ da empresa, não conter emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, ter suas páginas numeradas e serem emitidas em linguagem clara e objetiva, que não dificulte a exata compreensão do seu enunciado;
 - II- Conter a data de emissão, bem como ser assinada na última folha e rubricada nas demais;
 - III- Conter o prazo de validade dos preços (mínimo de 60 dias consecutivos), a contar da data do encaminhamento, via sistema, da proposta (Art. 11, inciso XXIV, do Decreto nº 3.555/00 c/c Art. 27, § 4º do Decreto nº 5.450/05).
 - IV- Conter o **último preço ofertado** relativo ao item, incluindo todas as despesas legais ou adicionais previstas neste Edital, em reais (em algarismo e por extenso). Deverá, ainda, informar a marca do produto e o prazo de entrega (**máximo de 15 dias consecutivos**, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho).
 - V- Conter o nome do banco com o qual a licitante opera, o número e nome da agência e respectiva conta-corrente. A fim de agilizar o pagamento, é conveniente a indicação de uma das agências do Banco do Brasil S.A.
- 6.7 - A proposta escrita poderá ser enviada para o **Fax nº (21) 3554-8475** (e posteriormente ser entregue na Gerência de Licitações e Contratos (GAL) à Rua Sete de Setembro, 111, 28º andar, CEP: 20159-900 – Centro - Rio de Janeiro).
- 6.8 - Não serão consideradas propostas com alternativas, devendo as licitantes se limitar às especificações deste Edital.
- 6.9 - O valor estimado para a aquisição consta do Termo de Referência, **Anexo III** do presente Edital.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO E DA FORMULAÇÃO DE LANCES

- 7.1 - A partir da data e horário previsto no edital, terá início a sessão pública do presente Pregão, com a divulgação das Propostas de Preços recebidas (art. 22, § 4º, do Decreto nº 5.450/05).
- 7.2 - O pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital (Art. 22, §2º, do Decreto nº 5.450/05).
- 7.3 - Aberta a etapa competitiva, os licitantes poderão encaminhar lances (**VALOR TOTAL POR ITEM**) exclusivamente por meio de sistema eletrônico.

- 7.4 - No que se refere aos lances, os licitantes serão imediatamente informados do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor (Art. 24, § 1º, do Decreto nº 5.450/05).
- 7.5 - Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado e as regras estabelecidas no edital (Art. 24, § 2º, do Decreto nº 5.450/05).
- 7.6 - Os licitantes somente poderão oferecer lance inferior ao último por eles ofertado e registrado pelo sistema (Art. 24, § 3º, do Decreto nº 5.450/05).
- 7.7 - Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar (Art. 24, § 4º, do Decreto nº 5.450/05).
- 7.8 - Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelas demais licitantes, vedada a identificação da detentora do lance (Art. 24, § 5º, do Decreto nº 5.450/05).
- 7.9 - No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances. O pregoeiro, quando possível, dará continuidade à sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados (Art. 24, § 10º, do Decreto nº 5.450/05).
- 7.10 - Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação aos participantes, no sítio www.comprasnet.gov.br (Art. 24, § 11, do Decreto nº 5.450/05).
- 7.11 - A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do pregoeiro (Art. 24, § 6º, do Decreto 5.450/05).
- 7.12 - O sistema emitirá aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até trinta minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances (Art. 24, § 7º, do Decreto 5.450/05).
- 7.13 - Após o fechamento da etapa de lances, o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente ao licitante que tenha apresentado lance de menor valor, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no edital (Art. 24, § 8º, do Decreto nº 5.450/05).

8. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

- 8.1 - Encerrada a etapa de lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e o valor estimado para a contratação e verificará a habilitação do licitante conforme disposições do edital (Art. 25, caput, do Decreto nº 5.450/05).

- 8.2 - Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas as propostas, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito (art. 4º, inciso XI da Lei nº10.520, de 17/07/2002).
- 8.3 - Para julgamento e classificação das propostas será adotado o critério do **MENOR PREÇO POR ITEM**, observados os prazos máximos para fornecimento e as especificações definidos no Edital (art. 4º, X da Lei nº 10.520, de 17/07/2002).
- 8.4 - Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável ou se a licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação do proponente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora e a ela adjudicado o objeto do certame (art. 4º, XVI da Lei nº 10.520, de 17/07/2002 c/c art. 25, § 5º do Decreto nº 5.450/05).
- 8.5 - A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do Pregão constarão de ata divulgada no sistema eletrônico, imediatamente após o encerramento da sessão pública (Art. 30, § 3º, do Decreto nº 5.450/05).

9. DA HABILITAÇÃO

- 9.1 - Sendo aceitável a proposta de menor preço por item, a respectiva licitante deverá comprovar, desde logo, que cumpre todas as exigências de habilitação exigidas neste Edital, podendo tal comprovação dar-se mediante encaminhamento da documentação através do **Fax (21) 3554-8475, com o posterior envio dos originais ou cópias autenticadas no prazo de 48(quarenta e oito) horas** (Art. 25, §§ 2º e 3º, do Decreto nº 5.450/05).
- 9.2 - Após a aceitação, a licitante deverá apresentar a amostra do produto a ser fornecido no prazo previsto no item 4 do Termo de Referência, **Anexo III** deste Edital. **Todas as amostras deverão ser entregues na Sede da CVM, Gerência de Serviços Gerais e Patrimônio (GAS), localizada na Rua Sete de Setembro, 111 / 25º Andar, Centro - Rio de Janeiro / RJ.**
- 9.2.1 - A Gerência de Serviços Gerais e Patrimônio (GAS) promoverá a análise das amostras em um prazo de até **03 (três) dias úteis** após seu recebimento. A verificação será realizada a fim de atestar sua compatibilidade com as especificações exigidas no Edital, de acordo com as características do produto constantes no Termo de Referência.
- 9.3 - A não-apresentação da amostra no prazo previsto ou a não-conformidade com as características exigidas no Termo de Referência, implicará a desclassificação da LICITANTE e o Pregoeiro examinará a proposta subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

- 9.4 - Além da entrega da amostra citada no subitem 9.2, as licitantes deverão cumprir as seguintes exigências de habilitação:
- 9.4.1 - Possuir registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF. A regularidade da documentação é verificada automaticamente no sistema. No caso da impossibilidade de consulta ao SICAF, e/ou aos sítios oficiais da Fazenda Nacional, Sistema de Seguridade Social e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, o pregoeiro poderá solicitar o envio, através do **Fax (21) 3554-8475**, de documentos que comprovem a regularidade fiscal, observado o estabelecido no §1º do Artigo 4º do Decreto nº 6.204, de 05/09/2007.
- 9.4.2 - Apresentar declaração de que a licitante cumpre o disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição da República Federativa do Brasil, conforme modelo fornecido pela CVM (Art. 13, inciso V, do Decreto nº 3.555/00 c/c art. 14, inciso VI, do Decreto nº 5.450/05), **Anexo I** deste Edital. Tal declaração poderá ser enviada através do **Fax (21) 3554-8475** com posterior envio do original ou cópia autenticada no prazo de 48(quarenta e oito) horas.
- 9.4.3 - Apresentação de planilha de preços da proposta vencedora, em papel timbrado da licitante, **conforme Modelo de Apresentação de Proposta e Planilha de Preços (Anexo II deste Edital)**. Tal documentação poderá ser enviada através do **Fax (21) 3554-8475** com posterior envio do original ou cópia autenticada no prazo de 48(quarenta e oito) horas.
- 9.4.5 - Apresentação de original ou cópia autenticada de 1 (um) atestado de desempenho, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, atestando que a licitante forneceu, sem qualquer restrição, materiais de natureza semelhante aos ora licitados (pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação – art. 30, II da Lei nº 8.666/93). Preferencialmente, o atestado deverá conter além do nome da atestante, seu endereço e telefone. Tal atestado poderá ser enviado através do **Fax (21) 3554-8475** com posterior envio do original ou cópia autenticada no prazo de 48(quarenta e oito) horas.
- 9.4.6 - Apresentar declaração em papel timbrado da licitante, informando que o produto ofertado está de acordo com o Instrumento Convocatório, especialmente no que diz respeito às especificações do produto a ser fornecido.
- 9.5 - Nos casos das microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação

exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição (art. 43 da Lei Complementar 123/2006).

9.5.1- Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

9.5.2 - A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 8.3.1, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

9.6 - Para fins de habilitação, a verificação em sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.

9.7 - Constatado o atendimento às exigências fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame (Art. 25, § 9º do Decreto nº 5.450/05).

9.8 - A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação sujeitará a licitante às sanções previstas na legislação pertinente (Art. 21, § 3º, do Decreto nº 5.450/05).

10. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

10.1 - Até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura do pregão, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, exclusivamente por meio eletrônico, via internet, no endereço pregoeiro@cvm.gov.br (Art. 19 do Decreto nº 5.450/05). A data fixada para a abertura do pregão não pode ser incluída como termo final do prazo citado, devendo este encerrar-se necessariamente no dia útil anterior ao pregão.

10.2 - Até dois dias úteis anteriores à data fixada para abertura do pregão, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do pregão, na forma eletrônica (Art. 18, caput, do Decreto nº 5.450/05). Os pedidos de impugnação deverão ser encaminhados, via internet, para o endereço pregoeiro@cvm.gov.br. A data fixada para a abertura do pregão não pode ser incluída como termo final do prazo citado, devendo este encerrar-se necessariamente no dia útil anterior ao pregão.

10.3 - Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de 24 (vinte e quatro) horas (Art. 18, § 1º do Decreto nº 5.450/05).

10.4 - Acolhida a petição contra o ato convocatório, será definida e publicada nova data para a realização do certame (Art. 18, § 2º do Decreto nº 5.450/05).

11. DO RECURSO

11.1 - A manifestação de interpor recurso será feita após a declaração do vencedor, durante a sessão pública, exclusivamente pelo sistema.

11.2 - As razões recursais deverão ser apresentadas exclusivamente pelo sistema no prazo de 03 (três) dias úteis, devendo ser dirigidas ao Superintendente Administrativo-Financeiro da CVM, por intermédio do Pregoeiro. (art. 11, XVII do Decreto nº 3.555/00 c/c art. 26, caput, do Decreto nº 5.450/05).

11.3 - A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo pregoeiro ao vencedor (Art. 26, § 1º, do Decreto nº 5.450/05).

11.4 - As demais licitantes poderão apresentar contra-razões recursais na mesma forma do subitem 11.2 acima, em até 3 (três) dias úteis, contados a partir do término do prazo da recorrente (Art. 26, caput, do Decreto nº 5.450/05).

11.5 - O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento (Art. 4º, XIX da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, c/c Art. 26, § 2º do Decreto nº 5.450/05).

11.6 - Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente homologará a adjudicação para determinar a contratação (Art. 4º, XXI da Lei nº 10.520, de 17/07/2002 c/c Art. 11, XX do Decreto nº 3.555/00 e Art. 27 do Decreto nº 5.450/05).

11.7 - É assegurada às licitantes vista imediata aos autos do processo do presente Pregão Eletrônico, tendo em vista subsidiar a preparação das razões e contra-razões recursais.

11.8 - Não serão conhecidos os recursos cujas razões/contra-razões recursais sejam enviadas fora do respectivo prazo legal, bem como as encaminhadas por Fax.

12. DO PAGAMENTO

12.1 - O pagamento será realizado em um prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após o recebimento dos materiais, sendo efetuado com a contra-apresentação da respectiva fatura, mediante depósito na conta-corrente da ADJUDICATÁRIA, devendo os Títulos permanecerem em carteira, não sendo admitido pela CVM, caucionamento ou cobrança bancária, situação em que a adjudicatária ficará sujeita às sanções, a juízo da CVM, previstas neste Edital.

12.2 - A Nota Fiscal / Fatura deverá ser encaminhada ao fiscal definido no subitem 17.1, designado pela CONTRATANTE, nos termos do art. 67 da Lei 8.666/93.

- 12.3 - Caberá ao fiscal, no prazo de 3 (três) dias úteis a partir do recebimento da Nota Fiscal, nela atestar o recebimento do material e seu atendimento às especificações constantes do Instrumento Convocatório, verificando o cumprimento pela ADJUDICATÁRIA de todas as condições pactuadas, inclusive quanto ao preço cobrado. Em seguida, remeterá a referida Nota Fiscal/Fatura para a Gerência de Contabilidade e Finanças (GAF), para fins de liquidação da despesa e pagamento.
- 12.4 - Havendo erro na Nota Fiscal/Fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida pelo fiscal à ADJUDICATÁRIA e o pagamento ficará pendente até que a mesma providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a reapresentação do documento fiscal devidamente regularizado, não acarretando qualquer ônus para a CVM.
- 12.5 - Nenhum pagamento será efetuado à ADJUDICATÁRIA antes de paga ou compensada a multa que, porventura, lhe houver sido imposta (art. 86, § 3º da Lei nº 8.666/93 c/c art. 9º da Lei nº 10.520, de 17/07/02 e suas alterações posteriores)
- 12.6 - O pagamento estará condicionado à situação do fornecedor no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, nos termos do subitem 8.8 da I.N. MARE Nº 05/95.
- 12.7 - No caso de eventuais atrasos de pagamento, desde que a ADJUDICATÁRIA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pela CVM entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo pagamento da nota fiscal/fatura, a serem incluídos em fatura própria, serão calculados por meio de aplicação da seguinte fórmula:

$$\mathbf{EM = I \times N \times VP}$$

Onde:

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{i}{365} \quad I = \frac{6/100}{365} \quad I = 0,00016438$$

13. DA DESTINAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 13.1 - As despesas correrão à conta do Elemento de Despesa 339030 - Programa de Trabalho 04.122.0778.2272.0001.

14. DA RETIRADA DA NOTA DE EMPENHO

14.1 - Fica dispensado o Termo de Contrato, em conformidade com o § 4º do artigo 62 da Lei nº 8.666/93, passando a ter força de contrato:

- a) a proposta da licitante vencedora e seus respectivos anexos;
- b) o presente Edital e seus anexos;
- c) a Nota de Empenho correspondente.

14.2 - A ADJUDICATÁRIA deverá retirar a Nota de Empenho correspondente em até 3 (três) dias úteis, a contar da data do recebimento do respectivo aviso. Este prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado aceito pela CVM (art. 64, *caput* e § 1º da Lei nº 8.666/93 c/c art. 9º da Lei 10.520, de 17/07/02).

14.3 - Decorridos 60 (sessenta) dias da abertura das propostas, sem convocação para a contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos (art. 64, § 3º da Lei nº 8.666/93 c/c art. 9º da Lei 10.520, de 17/07/02).

15. DAS OBRIGAÇÕES DA ADJUDICATÁRIA

15.1 - A ADJUDICATÁRIA se obriga a:

- a) Não transferir a terceiros as obrigações assumidas, por qualquer forma e nem mesmo parcialmente, bem como subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada sem o prévio consentimento por escrito da CVM;
- b) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas (sem quaisquer ônus para a CVM), no total ou em parte, o objeto contratado em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados (art.69 da Lei nº 8.666/93);
- c) Solicitar à Gerência de Serviços Gerais e Patrimônio da CVM (GAS) os esclarecimentos necessários para o regular fornecimento e entrega do objeto;
- d) Manter, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação. Assim, sempre que expirar a validade, a ADJUDICATÁRIA ficará obrigada a renovar todos os documentos relativos à regularidade no

SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (art. 55, inciso XIII da Lei nº 8.666/93);

- e) Efetuar a entrega dos materiais dentro do prazo estabelecido no instrumento convocatório, arcando com todos os custos necessários para tal;
- f) Efetuar a troca imediata dos produtos que não obedecerem às características estabelecidas no Instrumento Convocatório.

16. DAS OBRIGAÇÕES DA CVM

16.1 - A CVM se obriga a proporcionar todas as condições para que a ADJUDICATÁRIA possa cumprir suas obrigações dentro das normas deste Edital.

17. DA FISCALIZAÇÃO

- 17.1 - A fiscalização do cumprimento das obrigações será exercida por servidor designado pela CONTRATANTE, denominado doravante FISCAL, e outro servidor designado FISCAL SUBSTITUTO, ambos lotados na Gerência de Serviços Gerais e Patrimônio da CVM (GAS), devidamente credenciados pela Superintendência Administrativo-Financeira da CVM (SAD). Ao FISCAL competirá acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar a execução/fornecimento, bem como dirimir e desembaraçar quaisquer dúvidas e pendências que surgirem, determinando medidas necessárias à regularização das faltas, falhas, problemas ou defeitos observados no curso do Contrato, e de tudo dará ciência diretamente à ADJUDICATÁRIA, conforme art. 67, parágrafo 1º da Lei nº 8.666/93.
- 17.2 - As faltas cometidas pela ADJUDICATÁRIA deverão ser devidamente registradas no Processo pelo FISCAL, que providenciará o envio de notificação à ADJUDICATÁRIA informando sobre a abertura de prazo de defesa para a prestação dos esclarecimentos necessários. O FISCAL deverá, ainda, propor ao Ordenador de Despesas a aplicação das sanções que entender cabíveis para a regularização das faltas cometidas, nos termos do art. 67, parágrafo 2º e do artigo 87 da Lei nº 8.666/93.
- 17.3 - Caberá à ADJUDICATÁRIA o pronto atendimento às exigências inerentes ao objeto contratado, feitas pelo FISCAL ou por seu substituto.
- 17.4 - A ADJUDICATÁRIA é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento por parte da CVM (art. 70 da Lei nº 8.666/93 c/c art. 9º da Lei nº 10.520/02).

17.5 - A CVM se reserva o direito de rejeitar, no todo ou em parte, o fornecimento prestado em desacordo com a Proposta apresentada, e aprovada pela CVM.

18. DAS PENALIDADES

18.1 - Na hipótese da licitante vencedora desistir expressamente desta licitação, estará sujeita à multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da sua proposta (art. 64 da Lei nº 8.666/93 c/c art. 9º da Lei 10.520, de 17/07/02).

18.2 - Pela inexecução total ou parcial do objeto a CVM poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à ADJUDICATÁRIA as seguintes sanções, sem prejuízo do disposto no inciso IV, do artigo 87, da Lei nº 8.666/93:

- a) advertência;
- b) multa de até 20% (vinte por cento) do valor da Proposta;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios pelo prazo de até 05 (cinco) anos (art. 7º da Lei 10.520, de 17/07/2002).

18.2.1 - As sanções previstas nas alíneas “a” e “c” deste item poderão ser aplicadas juntamente com a da alínea “b”, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

18.3 - O não cumprimento dos prazos estabelecidos no Edital acarretará à ADJUDICATÁRIA, independentemente das sanções previstas no subitem 18.2, multa diária de 0,5% (meio por cento) do valor da Proposta (art. 86 da Lei nº 8.666/93).

18.3.1- A aplicação da multa acima, a qual ocorrerá após regular processo administrativo, não impede que a CVM rescinda unilateralmente o Contrato e aplique outras sanções regulamentares (art. 86, §1º da Lei nº 8.666/93).

18.4- Em caso de inadimplência quanto ao pagamento das multas que lhe forem aplicadas pela CVM, a ADJUDICATÁRIA fica desde já ciente que estará sujeita à sua inclusão no Cadastro Informativo dos créditos não quitados do setor público federal (CADIN), consoante legislação específica sobre a matéria, sendo executada segundo a Lei nº 6.830/80.

18.5 - A licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o prévio direito da citação e da ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja

promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade (art. 14 do Decreto nº 3.555/00 c/c art. 7º da Lei 10.520, de 17/07/02).

18.6 - As penalidades previstas na Legislação serão obrigatoriamente registradas no SICAF, sem prejuízo das multas previstas neste edital e das demais cominações legais (art. 28, caput, e parágrafo único do Decreto nº 5.450/2005).

19. DA RESCISÃO

19.1 - A inexecução parcial ou total do contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.

19.2- A rescisão do contrato poderá ser:

I – determinada por ato unilateral e escrito da CVM, nos casos enumerados nos incs. I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei nº 8.666/93;

II – amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para a CVM; ou

III – judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

19.3- Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa (art. 78, § único da Lei nº 8.666/93).

20. DO DIREITO DE PETIÇÃO

20.1 - Dos atos da Administração cabem:

I - Recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato, nos casos de:

a) anulação ou revogação da licitação;

b) rescisão do Contrato, a que se refere o inciso I do art. 79 da Lei nº 8.666/93.

c) aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa;

II - Representação, no prazo de 5 (cinco) dias úteis da intimação da decisão relacionada com o objeto da licitação ou do Contrato, de que não caiba recurso hierárquico.

- 20.2 - A intimação dos atos referidos no subitem 20.1, inciso I, alíneas “a” e “b” acima, excluídos os relativos à advertência e multa, será feita mediante publicação no Diário Oficial da União (art. 109, § 1º da Lei nº 8.666/93 c/c art. 9º da Lei 10.520, de 17/07/02).
- 20.3- A autoridade competente, motivadamente e presentes razões de interesse público, poderá atribuir ao recurso interposto eficácia suspensiva (art. 109, §2º da Lei nº 8.666/93 c/c art. 9º da Lei 10.520, de 17/07/02).
- 20.4 - Os recursos deverão ser entregues, contra recibo, **na Gerência de Licitações e Contratos da CVM (GAL), localizada na Rua Sete de Setembro nº 111, 28º andar, no Centro – Rio de Janeiro – RJ**, devendo ser dirigidos à autoridade superior, por intermédio da autoridade que praticou o ato recorrido e, sob pena de preclusão, interpostos no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação do ato (art. 109, inciso I, alínea “b” da Lei nº 8.666/93 c/c art. 9º da Lei 10.520, de 17/07/02).
- 20.4.1 - Interposto o recurso, a autoridade que praticou o ato recorrido poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 5 (cinco) dias úteis ou, nesse mesmo prazo, encaminhá-lo à autoridade superior, devidamente informada, devendo neste caso a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade (art.109, § 4º da Lei nº 8.666/93 c/c art. 9º da Lei 10.520, de 17/07/02).
- 20.5- Interposto o recurso por uma das licitantes, o fato será comunicado às demais que poderão impugná-lo no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da ciência (art. 109, § 3º da Lei nº 8.666/93 c/c art. 9º da Lei 10.520, de 17/07/02).

21. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 21.1 - A relação entre a ADJUDICATÁRIA e a CVM restringe-se ao alcance do objeto licitado, não implicando qualquer relação de subordinação hierárquica.
- 21.2 - A CVM poderá, a seu critério exclusivo, de acordo com o artigo 65, parágrafo 1º, da Lei nº 8.666/93, reduzir ou aumentar a quantidade do objeto licitado desde que não ultrapasse a 25% (vinte cinco por cento) do valor inicial atualizado da Nota de Empenho (art. 9º da Lei nº 10.520, de 17/07/02).
- 21.3 - O Superintendente Administrativo-Financeiro da CVM poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, mediante parecer por escrito e devidamente fundamentado (Art. 18 do Decreto nº 3.555/00 c/c Art. 14 do Decreto nº 3.697/00, Art. 29 do Decreto nº 5.450/05).

- 21.4 - Caso constatada ilegalidade no procedimento, o Superintendente Administrativo-Financeiro da CVM deverá anular a licitação, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer por escrito e devidamente fundamentado, sem que caiba às licitantes o direito a qualquer reclamação ou indenização, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do compromisso assumido (art. 18 do Decreto nº 3.555/00, Art. 29, §§ 1º e 2º, do Decreto nº 5.450/05).
- 21.5 - No caso de desfazimento do processo licitatório, fica assegurado o contraditório e a ampla defesa (art. 49, § 3º da Lei nº 8.666/93 c/c art. 9º da Lei nº 10.520, de 17/07/2002).
- 21.6 - O pregoeiro poderá desclassificar proponentes por ato fundamentado, sem direito à indenização ou ressarcimento, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento e que desabonem a sua idoneidade financeira, capacidade técnica ou administrativa (art. 43, § 5º da Lei nº 8.666/93 c/c art. 9º da Lei nº 10.520, de 17/07/02).
- 21.7 - Após o envio da documentação não serão permitidos quaisquer adendos, acréscimos ou retificações aos documentos e às propostas, salvo quando se tratar:
- (a) de simples omissão não conflitante com os termos do Edital e com a lisura da competição;
 - (b) juntada de documentos decorrente de diligências promovidas pela CVM, conforme disposto no subitem 21.8.
- 21.8 - É facultado ao pregoeiro, em qualquer fase da licitação, promover diligências destinadas a esclarecer ou completar a instrução do processo licitatório, inclusive solicitar ao licitante vencedor a apresentação de amostras, protótipos, manuais, de forma a verificar a ocorrência de ajustes dimensionais, sem que se descaracterize o objeto licitatório (art. 43, § 3º da Lei nº 8.666/93 c/c art. 9º da Lei nº 10.520, de 17/07/2002).
- 21.9 - Na apresentação das propostas, simples omissão ou irregularidades irrelevantes, sanáveis ou desprezíveis, poderão ser relevadas a exclusivo critério do Pregoeiro, desde que não causem prejuízos à Administração.
- 21.10 A apresentação da proposta implica, tacitamente, inteira submissão às condições estabelecidas na legislação pertinente, aos termos deste Edital, bem como aos regulamentos administrativos e normas gerais e especiais aplicáveis.
- 21.11 Os esclarecimentos referentes ao presente Edital serão fornecidos pela Gerência de Licitações e Contratos da CVM (GAL).

- 21.12 Os esclarecimentos prestados a qualquer um dos proponentes ficarão à disposição dos demais interessados até as 16h00 do dia anterior ao previsto para a realização da sessão.
- 21.13 As dúvidas quanto à interpretação dos termos do presente Edital deverão ser encaminhadas e apontadas à CVM, através do respectivo pregoeiro, exclusivamente por meio eletrônico, através do endereço eletrônico pregoeiro@cvm.gov.br, em até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública (Art. 19, do Decreto 5.450/05).
- 21.14 Qualquer modificação no Edital será divulgado no mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas (Art. 20, do Decreto 5.450/05).
- 21.15 Na contagem dos prazos estabelecidos nesta licitação, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento (art. 110 da Lei nº 8.666/93 c/c art. 9º da Lei nº 10.520, de 17/07/2002).
- 21.16 Havendo indícios de conluio entre as licitantes, a CVM comunicará os fatos apurados à Secretaria Nacional de Direito Econômico do Ministério da Justiça (ou a quem de direito) para a adoção das medidas cabíveis.
- 21.17 Havendo indícios ou evidências materiais de práticas licitatórias criminosas, a CVM noticiará o Ministério Público Federal.
- 21.18 Para dirimir as questões decorrentes do ajuste resultante desta licitação, será eleito o Foro Federal da cidade do Rio de Janeiro, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja (art. 55, § 2º da Lei nº 8.666/93 c/c art. 9º da Lei nº 10.520, de 17/07/02).
- 21.19 Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, nos termos da legislação pertinente, e em conformidade com as demais normas que regem a matéria.

Rio de Janeiro, 17 de março de 2011.

Andrícia Bevace
Gerente de Licitações e Contratos

PROCESSO DE COMPRAS Nº RJ-2011-1068

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2011

ANEXO I

DECLARAÇÃO

Declaro, para todos os fins legais, que não tenho em meus quadros menores de 18 (dezoito) anos executando trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou menores de 16 (dezesesseis) anos executando qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, conforme preceitua o art. 7º, inciso XXXIII da Constituição da República Federativa do Brasil.

Rio de Janeiro, de 2011.

Carimbo e assinatura do representante legal da licitante

Razão Social da licitante e CNPJ

PROCESSO DE COMPRAS Nº RJ-2011-1068

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2011

ANEXO II

**MODELO PARA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E
PLANILHA DE PREÇOS**

Rio de Janeiro,.....de.....de 2011

À Comissão de Valores Mobiliários – CVM

Prezados Senhores,

Apresentamos nossa proposta referente ao **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2011**, cujo objeto é a aquisição de material gráfico, conforme especificações constantes do Termo de Referência (**Anexo III**), parte integrante do Edital de Pregão Eletrônico.

EMPRESA:

ENDEREÇO:

NOME PARA CONTATO:

FONE:

FAX:

NOME DO BANCO:

Nº DO BANCO:

NOME DA AGÊNCIA:

Nº DA AGÊNCIA

CONTA CORRENTE Nº

INSCRIÇÃO ESTADUAL:

CNPJ:

Declaramos que examinamos, conhecemos e nos submetemos a todas as condições contidas no Edital do **PREGÃO ELETRÔNICO nº 03/2011**, bem como verificamos todas as especificações nele contidas, não havendo qualquer discrepância nas informações e/ou documentos que dele fazem parte. Declaramos, ainda, que estamos cientes de todas as condições que possam de qualquer forma influir nos custos, assumindo total responsabilidade por erros ou omissões existentes nesta proposta, bem como qualquer despesa relativa à realização integral de seu objeto.

CARIMBO PADRONIZADO DO CNPJ



Assinatura

NOME :

CARGO:

RG :

PROCESSO DE COMPRAS N.º RJ-2011-1068**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 03/2011****ANEXO II****Modelo de Planilha de Preços**

Nº do Item do Pregão	Especificação do Produto a ser fornecido	Marca/Modelo	Quantidade	Valor Total (R\$)

PROCESSO DE COMPRAS N.º RJ-2011-1068

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 03/2011

ANEXO III

TERMO DE REFERÊNCIA

INTRODUÇÃO

O Pregoeiro e sua equipe de apoio, designados pela portaria CVM/PTE/Nº 084, de 21/10/2010, realizarão, no dia e horário indicados no Edital, o Pregão Eletrônico nº 03/2011.

1 – OBJETO:

Aquisição de material gráfico, conforme especificações constantes do item 4 deste Termo de Referência.

2 – PRAZO E LOCAIS DE ENTREGA:

Prazo de entrega máximo de **15 (quinze) dias consecutivos** após o recebimento da Nota de Empenho pela ADJUDICATÁRIA, no seguinte local:

**RJ Rua Sete de Setembro, 111 / 25º Andar
Edifício Cidade do Carmo – Centro – Rio de Janeiro/RJ**

É importante que os fornecedores telefonem para agendar os dias e horários da entrega:

**RJ - Júlio Pimenta ou Severino – Gerência de Serviços Gerais e Patrimônio
(GAS) - (21) 3554-8353 ou 3554-8678.**

3 – JUSTIFICATIVA PARA AQUISIÇÃO:

Reposição do estoque do Almoxarifado com o material solicitado, a fim de garantir o atendimento da demanda interna da CVM, conforme análise prévia de consumo e solicitação do setor responsável.

4 – ESPECIFICAÇÃO DOS ITENS:

4.1 – Os itens do Pregão Eletrônico deverão apresentar as seguintes especificações e quantitativos:

Item	Especificação	Unidade	Quant.	Estimativa
1	Capa para abertura de processo, sem impressão, em papel opaline na cor branca, 240g/m ² , via única, medindo 225x335mm. Acondicionados em pacotes com 100 (cem) unidades. Apresentar amostra, para aprovação da Gerência de Documentação - GAD.	Cento	300	R\$ 9.362,50
2	Envelope timbrado medindo 114 x 229mm, em papel sulfite 90g., cor branca formato 114 x 229mm. Tipo 2 cores (verde CVM e amarelo CVM) Obs. Atenção as retículas aplicadas na marca verde médio (75% verde CVM) Verde claro (45% verde CVM), embalados em caixas com 500 envelopes, cintados em 100. Fornecemos para os licitantes amostra do produto a ser fornecido. O material deverá obrigatoriamente estar embalado em maços de cem unidades.	Milheiro	50	R\$ 6.475,00
3	Envelope timbrado medindo 176x250mm, em papel sulfite 90g., cor branca formato 176x250mm. Tipo 2 cores (verde CVM e amarelo CVM) Obs. Atenção as retículas aplicadas na marca verde médio (75% verde CVM) Verde claro (45% verde CVM), embalados em caixas com 500 envelopes, cintados em 100. Fornecemos para os licitantes amostra do produto a ser fornecido. O material deverá obrigatoriamente estar embalado em maços de cem unidades.	Milheiro	20	R\$ 3.437,50
4	Envelope timbrado medindo 229x324mm, em papel sulfite 90g., cor branca formato 229x324mm. Tipo 2 cores (verde CVM e amarelo CVM) Obs. Atenção as retículas aplicadas na marca verde médio (75% verde CVM) Verde claro (45% verde CVM), embalados em caixas com 500 envelopes, cintados em 100. Fornecemos para os licitantes amostra do produto a ser fornecido. O material deverá obrigatoriamente estar embalado em maços de cem unidades.	Milheiro	25	R\$ 6.587,50
5	Envelope timbrado medindo 270 x 370mm, em papel sulfite 90g., cor branca formato 270 x 370mm. Tipo 2 cores (verde CVM e amarelo CVM) Obs. Atenção as retículas aplicadas na marca verde médio (75% verde CVM) Verde claro (45% verde CVM), embalados em caixas com 500 envelopes, cintados em 100. Fornecemos para os licitantes amostra do produto a ser fornecido. O material deverá obrigatoriamente estar embalado em maços de cem unidades.	Milheiro	5	R\$ 2.000,00
6	Papeleta de informação – Bloco 50 x1, formato AB(148x105mm), impressão em off-set na cor cyan kodak superior 06.0551, em papel AP 63g/m ² , branco. Fornecemos para os licitantes amostra do produto a ser fornecido.	Unidade	200	R\$ 458,75

4.2 – Em relação aos itens 2 a 6 do Pregão Eletrônico, a licitante poderá obter pessoalmente na CVM uma amostra do produto que deverá ser fornecido. Para tanto, deverá entrar em contato com a Gerência de Serviços Gerais e Patrimônio (GAL), por meio dos telefones (21) 3554-8353 ou (21) 3554-8678.

4.3 – As cores e padrões gráficos utilizados nos materiais a ser produzidos para os itens 2 a 6 do Pregão Eletrônico deverão ser aqueles constantes da Deliberação CVM nº 502, **Anexo IV** do presente Edital.

5 – AMOSTRAS:

- 5.1 - Para o item 1 do Pregão Eletrônico, a licitante vencedora deverá apresentar uma amostra do produto a ser fornecido no prazo máximo de **02 (dois) dias úteis**. **Todas as amostras deverão ser entregues na Sede da CVM, Gerência de Serviços Gerais e Patrimônio (GAS), localizado na Rua Sete de Setembro, 111 / 25º Andar, Centro - Rio de Janeiro / RJ.**
- 5.2 - Para os itens 2 a 6 do Pregão Eletrônico, a licitante vencedora deverá apresentar uma amostra do produto a ser fornecido no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis**. **Todas as amostras deverão ser entregues na Sede da CVM, Gerência de Serviços Gerais e Patrimônio (GAS), localizado na Rua Sete de Setembro, 111 / 25º Andar, Centro - Rio de Janeiro / RJ.**
- 5.3 - A Gerência de Serviços Gerais e Patrimônio da CVM (GAS) promoverá a análise das amostras descritas nos subitens 5.1 e 5.2 em um prazo de até **03 (três) dias úteis** após seu recebimento. A verificação será realizada a fim de atestar sua compatibilidade com as especificações exigidas no Edital, de acordo com as características dos produtos constantes do subitem 4 deste Termo de Referência.
- 5.2 - A não-apresentação da amostra nos prazos previstos nos subitem 5.1 e 5.2 ou a não-conformidade com as características exigidas no Termo de Referência implicará a desclassificação da LICITANTE e o Pregoeiro examinará a proposta subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital.
- 5.3 - Em relação aos produtos fornecidos, a ADJUDICATÁRIA se obrigará a:
- 5.3.1 - Substituir, no prazo máximo de **03 (três) dias úteis** a partir do recebimento de comunicado formal, todo e qualquer material que for entregue com defeito ou que vier a apresentá-lo durante o período de sua validade.
- 5.3.2 - Fornecer produtos que atendam plenamente as especificações do Edital, com períodos de garantia iguais ou superiores àqueles estipulados pela legislação vigente.

6 – VALOR ESTIMADO PARA A AQUISIÇÃO:

O valor total estimado para a aquisição é de **R\$ 28.321,25 (vinte e oito mil, trezentos e vinte e um reais e vinte e cinco centavos)**.

PROCESSO DE COMPRAS N.º RJ-2011-1068

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 03/2011

ANEXO IV

DELIBERAÇÃO CVM Nº 502

DELIBERAÇÃO CVM Nº 502, DE 10 DE MARÇO DE 2006.

Dispõe sobre a autorização para reprodução e utilização da sigla e do logotipo da CVM.

O PRESIDENTE DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS – CVM torna público que o Colegiado, em reunião realizada em 13 de fevereiro de 2006, deliberou, com fundamento no art. 3º do Decreto nº 4.763, de 24 de junho de 2003, no art. 7º, inciso II, do Anexo ao referido Decreto, que institui a Estrutura Regimental da CVM e no art. 16, incisos II e VI, do Regimento Interno desta autarquia federal; tendo em vista o disposto nos arts. 124, incisos I e IV, e 191, da Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, e no art. 296, § 1º, do Código Penal, acrescentado pela Lei nº 9.983, de 14 de julho de 2000, e considerando que:

a) a reprodução, bem como a utilização da sigla e do logotipo da CVM, salvo em discurso, obra científica ou literária ou qualquer outra publicação sem conotação comercial e sem prejuízo para seu caráter distintivo, dependem de prévia autorização desta autarquia federal;

b) há necessidade de zelar para que não haja reprodução ou utilização da sigla e do logotipo da CVM de forma a induzir pessoas em erro ou causar confusões, que tenham fins comerciais ou que sejam, por qualquer outro motivo, indevidas;

c) “reproduzir ou imitar, de modo que possa induzir em erro ou confusão, armas, brasões ou distintivos oficiais nacionais, estrangeiros ou internacionais, sem a necessária autorização, no todo ou em parte, em marca, título de estabelecimento, nome comercial, insígnia ou sinal de propaganda, ou usar essas reproduções ou imitações com fins econômicos” constitui crime nos termos do art. 191 da Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996;

d) aquele que “faz, altera, falsifica ou faz uso indevido de marcas, logotipos, siglas ou quaisquer outros símbolos utilizados ou identificadores de órgãos ou entidades da Administração Pública” incorre em crime de falsificação de selo ou sinal público, conduta tipificada no art. 296, § 1º, inciso III, do Código Penal, acrescentado pela Lei nº 9.983, de 14 de julho de 2000;

DELIBEROU:

Art. 1º A presente Deliberação dispõe sobre a autorização para reprodução e utilização de sigla e do logotipo da CVM.

Parágrafo único. Para fins do disposto nesta Deliberação:

I – sigla da CVM: é constituída pela expressão “CVM” grafada em bold itálico, sempre em letras maiúsculas, e o alfabeto utilizado deverá pertencer à família tipográfica Optima, nas cores preta ou verde pantone 555C; e

II – logotipo da CVM: é composto pelo símbolo, abreviatura e o nome completo da CVM, definido a partir de um padrão cromático através das cores verde pantone 555 C e amarelo pantone 130 C, de acordo com as especificações gráficas disponibilizadas pela CVM em sua página na Internet.

Art. 2º A pessoa ou entidade que pretender reproduzir e utilizar a sigla e o logotipo da CVM, salvo para menção ou reprodução em discurso, obra científica ou literária ou em qualquer outra publicação sem conotação comercial e sem prejuízo para seu caráter distintivo, deverá obter prévia autorização da CVM, mediante requerimento dirigido ao Superintendente Geral, nos termos do formulário constante do Anexo a esta Instrução.

Art. 3º Competirá ao Comitê Gestor da Internet, no prazo de 5 (cinco) dias a contar do recebimento do requerimento, autorizar a reprodução e a utilização da sigla e do logotipo da CVM de forma específica e nos seguintes termos:

I – em material de divulgação de eventos ou em publicações relacionados ao mercado de valores mobiliários e que tenha por objetivo estimular a formação de poupanças e a sua aplicação em valores mobiliários e orientar investidores;

II – em material de divulgação de qualquer outro evento ou em quaisquer outras publicações que, a critério da CVM, estejam relacionados com os princípios e funções institucionais desta autarquia; e

III – na página da pessoa ou da entidade requerente na Internet, com a finalidade de servir como ícone que permita direcionamento à página da CVM na Internet.

Parágrafo único. A autorização disporá sobre a forma de reprodução e a utilização da sigla e do logotipo, devendo, na hipótese do inciso III, especificar a página na Internet em que o ícone ficará disponível e o direcionamento para a página da CVM.

Art. 4º É vedada a reprodução e a utilização da sigla e do logotipo da CVM:

I – de modo diverso dos padrões de forma e cor especificados pela CVM;

II – sem a autorização prevista no art. 2º ou de modo diverso da autorização concedida pela CVM; e

III – que possa induzir terceiros em erro ou confusão.

Art. 5º A CVM não concederá autorização para a reprodução e a utilização de sua sigla e de seu logotipo pelo prazo de 6 (seis) a 24 (vinte e quatro) meses, a critério do Comitê Gestor de Internet, à pessoa ou entidade requerente que não houver observado o disposto nesta Deliberação.

Art. 6º A pessoa ou entidade que atualmente utilize em sua página na Internet a sigla e o logotipo da CVM pode continuar a fazê-lo, desde que:

I – requeira, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de vigência desta Deliberação, a autorização prevista no art. 2º; e

II – a reprodução e a utilização da sigla e do logotipo da CVM estejam de acordo com o art. 3º, parágrafo único, e com o art. 4º.

Art. 7º Ainda que deferido o pedido de autorização nos termos do art. 3º desta Portaria, a pessoa ou a entidade requerente permanecerá responsável pela reprodução ou utilização da sigla e do logotipo da CVM que possam, de qualquer forma, causar danos morais e materiais à CVM ou a terceiros, bem como constituir infração administrativa ou crime.

Art. 8º Esta Deliberação entra em vigor no dia de sua publicação no Diário Oficial da União.

Original assinado por

MARCELO FERNANDEZ TRINDADE
Presidente

Anexo

Formulário para pedido de autorização para reprodução e utilização da sigla e do logotipo da CVM

A pessoa ou a entidade abaixo qualificada vem por meio deste requerer autorização para reprodução e utilização da sigla e do logotipo da CVM.

Qualificação:

Nome:

CPF/CNPJ:

RG:

Endereço:

E-mail:

Telefone:

Fax:

Ramo de atividade:

Endereço da página na Internet:

Representante legal da pessoa jurídica ou da entidade (com indicação de CPF e RG):

Objetivo, condições, prazo e forma da reprodução e da utilização da sigla e do logotipo da CVM:

O requerente se declara ciente dos termos da Deliberação CVM nº 502, de 10 de março de 2006.

(data e assinatura)

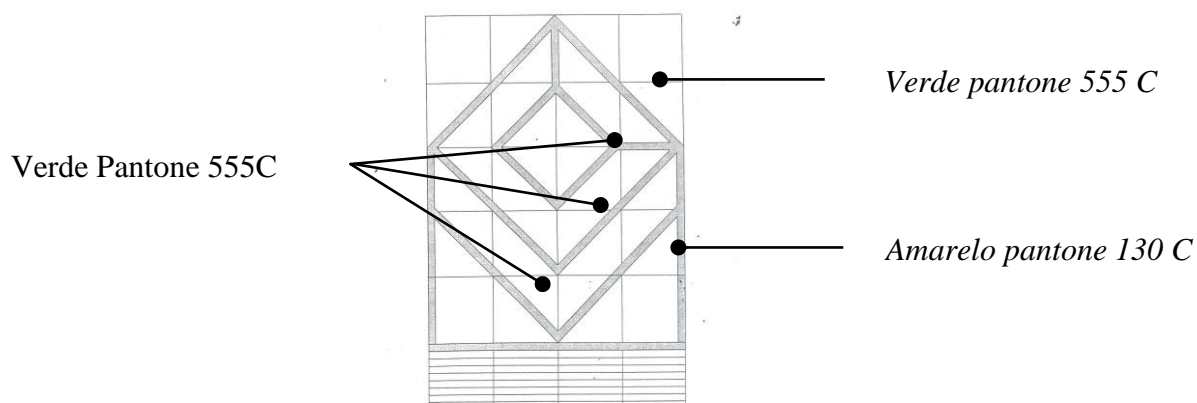
Logotipo da CVM

1) Composição:

O logotipo da CVM é composto pelo símbolo, abreviatura e o nome completo da CVM, definido a partir de um padrão cromático através das cores verde pantone 555 C e amarelo pantone 130 C.



O símbolo da CVM é construído a partir de um diagrama representado na forma de uma malha estrutural de 4x5 módulos que, sobreposta ao símbolo, visa definir suas dimensões, permitindo sua reprodução de forma exata, inclusive nas ampliações e reduções.



A abreviatura deverá ser grafada em bold itálico, sempre em letras maiúsculas, e o alfabeto utilizado deverá pertencer à família tipográfica Optima, nas cores preta ou verde pantone 555C.

CVM

O nome completo deverá ser grafado em demi itálico, sempre em letras maiúsculas e minúsculas, e o alfabeto utilizado deverá pertencer à família tipográfica Optima, sempre na cor preta.

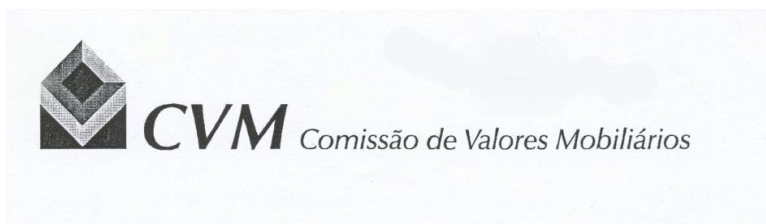
Comissão de Valores Mobiliários

2) Formas de utilização:

O símbolo possui duas formas de se relacionar com a abreviatura e com o nome completo. Poderá ser utilizado ao lado ou abaixo do mesmo, observando-se sempre a mesma distância de um módulo do diagrama entre o símbolo e a abreviatura e entre esta e o nome completo.

O logotipo da CVM poderá ser utilizado com as seguintes formas de disposição do símbolo, da assinatura e da sigla:

A)



B)



Na opção em que a abreviatura e o nome completo estiverem posicionados ao lado do símbolo (opção “A”), deverão estar alinhados pela base, e quando o nome completo estiver posicionado abaixo (opção “B”), deverá estar centralizado com o símbolo e a abreviatura.